



## John Dewey: a favor da ciência ou lições anti-negacionistas

*John Dewey: for science or anti-negotiating licenses*

**Edna Magalhães  
do Nascimento\***  
magaledna@yahoo.com.br

**Recebido em:** 15/08/2021.

**Aprovado em:** 30/11/2021.

**Publicado em:** 30/06/2022.

**Resumo:** No processo de reconstrução da filosofia, está colocado para John Dewey o desafio da articulação entre filosofia e ciência e, como consequência disso, a mudança no método de operar da primeira. Dewey desenvolveu um programa doutrinário que visa mostrar como o conhecimento se funda na experiência. Essa é a dimensão científico-naturalista da sua obra, cuja influência advém do naturalismo darwinista. Nesse sentido, o seu projeto consiste numa rigorosa argumentação contra as explicações em que a *experiência* e a *natureza* são apresentadas com base em distinções arbitrárias. Na obra *Reconstruction in Philosophy*, Dewey desenvolveu seu projeto metafísico de dimensão historicista, propondo uma reconstrução para a filosofia. Essa perspectiva é de inspiração hegeliana, considerando a história como “fluxo dos acontecimentos”. Sua argumentação consiste em reivindicar uma filosofia da experiência, na medida em que se apropria do método científico. Dewey tenta pensar um sistema desenvolvido a partir da aplicação do método científico à filosofia, mas tendo como base uma concepção filosófica da experiência. As concepções de Dewey acerca do conhecimento, do uso inteligente da razão e da natureza social da filosofia concorrem para a constituição de sua concepção de *ciência*. O objetivo do filósofo é desenvolver um projeto científico e metodológico que exigirá outra forma de fazer filosofia, que ele caracteriza como uma *filosofia empírica*. Embora Dewey defenda uma filosofia com uma visada científica, isso não significa que ele subordine a filosofia à ciência. Ocorre que Dewey se opõe à forma pela qual o problema epistemológico foi formulado pela tradição, ou seja, desconsiderando o processo de conexão entre as coisas e entre o conhecedor e as coisas. No presente artigo apresentamos este projeto filosófico denominado por nós de *metafísica empírica*. Iniciamos, argumentando a partir de Dewey, com a necessidade da constituição e formação de uma mentalidade científica tendo em vista os fins sociais. Esta reivindicação decorre do fato de Dewey considerar que ciência e democracia compartilham não apenas o mesmo padrão de investigação, o “método da inteligência”, mas também as mesmas virtudes morais: uma disposição para questionar, para procurar clareza e evidência, para ouvir e respeitar as opiniões dos outros, para considerar alternativas de forma imparcial, para mudar de ponto de vista em virtude da investigação e da comunicação. Por fim, discutiremos a teoria pragmatista da existência, cujo objetivo é a constituição de uma nova metafísica que consiste em administrar, no domínio temporal, o finito e o humano em sua relação com o eterno e o infinito, ou seja, visa apreender a realidade enquanto produto dos seus condicionantes. Em sua crítica à metafísica tradicional, Dewey deixa subentendido que o que se tem em termos dessas metafísicas não passa de técnicas intelectuais refinadas, derivadas das ideias rudimentares da fé popular acerca do sobrenatural e do natural, do divino e do humano.

**Palavras-chave:** Ciência. Democracia. Metafísica. Teoria da experiência.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**Abstract:** *In the process of reconstructing philosophy, the challenge of articulating philosophy and science is posed to John Dewey and, as a consequence, the change in the method of operating from the former. Dewey developed a doctrinal program that aims to show how knowledge is based on experience. This is the scientific-naturalistic dimension of his work whose influence comes from Darwinian naturalism. In this sense, his project consists of a rigorous argument against the explanations in which experience and nature are presented based on arbitrary distinctions. In the work Reconstruction in Philosophy, Dewey developed his metaphysical project with a historicist dimension, proposing a reconstruction*

\* Professora de filosofia na Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina, PI, Brasil.

*for philosophy. This perspective is of Hegelian inspiration, considering history as a “flow of events.” His argument consists of claiming a philosophy of experience insofar as it appropriates the scientific method. Dewey tries to think of a system developed from the application of the scientific method to philosophy but based on a philosophical conception of experience. Dewey’s conceptions about knowledge, the intelligent use of reason, and the social nature of philosophy contribute to the constitution of his conception of science. The philosopher’s goal is to develop a scientific and methodological project that will require another way of doing philosophy, which he characterizes as an empirical philosophy. Although Dewey defends a philosophy with a scientific aim, this does not mean that he subordinates philosophy to science. It happens that Dewey is opposed to the way in which the epistemological problem was formulated by tradition, that is, disregarding the connection process between things and between the connoisseur and the things. In this article, we present this philosophical project that we call empirical metaphysics. We started by arguing with Dewey about the need for the constitution and the formation of a scientific mentality with a view to social ends. This claim stems from the fact that Dewey considers that science and democracy share not only the same standard of investigation, the “method of intelligence,” but also the same moral virtues: a willingness to question, to seek clarity and evidence, to listen and respect the opinions of others, to consider alternatives impartially, to change points of view due to research and communication. Finally, we will discuss the pragmatic theory of existence whose objective is the constitution of a new metaphysics that consists of managing, in the temporal domain, the finite and the human in their relationship with the eternal and the infinite, that is, it aims to apprehend reality product of its conditioning factors. In his criticism of traditional metaphysics, Dewey implies that what one has in terms of these metaphysics is nothing more than refined intellectual techniques, derived from the rudimentary ideas of the popular faith about the supernatural and the natural, the divine and the human.*

**Keywords:** Democracy. Metaphysics. Science. Theory of experience.

## 1 Introdução

O filósofo estadunidense John Dewey (1859-1952) desenvolveu um projeto filosófico que caracterizamos como uma metafísica empírica; nele o autor resgata na história da filosofia uma tradição que, em sua opinião, não recebeu o devido prestígio intelectual, ou seja, ele refere-se às filosofias históricas e as filosofias empíricas. Desse modo, Dewey articula em seu projeto pragmatista duas vertentes, a dimensão historicista da filosofia, sobretudo a influência hegeliana, e a dimensão científica e naturalista, embasada especialmente na vertente darwinista.

Enquanto crítico radical dos dualismos da filosofia tradicional, seu intento é demonstrar que a “disjunção do ser” e sua separação, dicotomização e hierarquização podem ser compreendidas se adotarmos uma perspectiva crítica e historicista do conhecimento, constatando que existem razões históricas e epistemológicas que fizeram com que, na história da filosofia, se valorizassem as questões espirituais e depreciassem as questões materiais e contingentes.

Dewey nos diz que os métodos e as produções refinadas das disciplinas científicas devem estar conectados com sua origem na experiência ordinária, em toda a sua heterogeneidade e plenitude. Isso faz com que as necessidades e os problemas de onde se originaram sejam reconhecidos. Os métodos secundários e os resultados obtidos devem ser trazidos às coisas da experiência ordinária em toda a sua rudeza e crueza, a fim de que sejam verificados. Por fim, espera-se que os resultados científicos registrados sejam de fato obtidos a partir de um método a ser seguido e previsto como aquilo que será encontrado quando as observações especificadas forem cumpridas. Para Dewey, isso é tudo que a filosofia pode fazer. Uma metafísica empírica exige uma reconstrução filosófica. O progresso intelectual da nossa cultura exige que abandonemos certos hábitos, a fim de descobrir na experiência sua constituição e seu uso por nós. Temos de respeitar a experiência humana e suas potencialidades.

Ao propor uma nova maneira de fazer filosofia, Dewey mostra que esta poderia ter se dedicado ao estudo da experiência vivida, mas esteve sobrecarregada e saturada com o seu legado de produções da reflexão de gerações passadas. Ela esteve “ocupada” com suas interpretações, sistematizações, classificações devido ao pensamento sofisticado da tradição. Para superar essa situação, será exigida uma *Reconstrução da Filosofia*, cujo objetivo é que esse novo saber possa superar o tradicionalismo, naquilo que ele tem de inadequado, e resgatar na tradição as filosofias históricas e do devir, ou seja, aquelas que tiveram mais sucesso na explicação e no oferecimento de resultados, para ajudar homens e mulheres em sua ação sobre o mundo.

## 2 A necessidade de uma mentalidade científica para fins sociais

### 2.1 História e ciência: resolução de problemas

Para o filósofo estadunidense John Dewey, a experiência não admite divisão entre ato e matéria, sujeito e objeto, coisa e pensamento, pois todos estes elementos envolvem unidades que são conexões. Sob a influência do darwinismo, Dewey argumenta que “vida” denota função e atividade compreensiva, na qual organismo e ambiência acham-se incluídos. Sob a influência do hegelianismo, o filósofo declara que a história compreende as proezas realizadas, as tragédias sofridas, o comentário humano, o registro, a interpretação. Tanto a vida quanto a história incluem objetos biológicos, fisiológicos, geográficos, naturais, sociais. Essa unidade integrada deve ser o ponto de partida para o pensamento filosófico (DEWEY, 1958, p. 6). Com essa caracterização, Dewey apresenta a sua filosofia da experiência, numa clara demonstração de sua rejeição aos dualismos da tradição filosófica.

Com efeito, Dewey está seguindo a trilha de Hegel, Darwin e Spencer, defensores da mudança. É Dewey que leva seus leitores a verem a investigação num novo viés hegeliano, como algo que existe a partir de uma qualidade indeterminada e não-unificada numa situação. A função hegeliana da investigação é produzir uma resolução e converter, reconciliar, transformar os elementos da situação original em um todo unificado. A situação problemática apresenta um modelo para a investigação que não permite finalidades nem absolutos, mas apenas hipóteses que mudam à medida que as novas situações apresentem novos materiais a serem resolvidos. É um modelo que relativiza todos os elementos em direção à situação particular e, portanto, não permite universais, nem princípios gerais, nem certezas teóricas (LAVINE, 1994, p. 42-44). Com isso, Dewey vai minando os absolutismos e as alegações fundacionistas em todos os domínios da filosofia.

Nesse sentido, ele nos mostra que uma reflexão sobre as nossas crenças nos leva às experiências a partir das quais se originaram. A diversidade de nossas crenças afeta tremendamente nossas novas crenças e antecipações da experiência. Essa diversidade é determinada por fatores sociais. Então, descobrimos que cremos em muitas coisas, não porque as coisas são assim, mas porque nos tornamos habituados a pensar dessa maneira, por diversos motivos: elas provêm ou do peso da autoridade, ou da imitação, ou do prestígio, ou da instrução, ou do efeito inconsciente da linguagem. Aprendemos, por exemplo, que as qualidades que atribuímos aos objetos devem ser imputadas às nossas próprias maneiras de ter experiência deles, e que estas, por sua vez, se devem à força das interconexões sociais e do costume (DEWEY, 1958, p. 10).

Se considerarmos nossas maneiras pessoais de crer, veremos a extensão em que essas maneiras são estabelecidas pela tradição e pelos costumes. Ocorre que a ausência de um método empírico levou ao isolamento dos objetos em relação à sua origem e ao seu uso instrumental. Dewey demonstra esse isolamento com a argumentação de que a investigação psicológica tradicional, ao descrever os objetos ligados à experiência interna, os concebeu como constituído de um mundo mental isolado e separado em si, autossuficiente e fechado em si mesmo. Essa trajetória do “psicológico” vai coincidir com outra perspectiva, qual seja: aquela que toma os objetos físicos como completos e fechados em si próprios, ou seja, o objetivismo epistemológico. Isso resultou nas “ninhadas de dualismos”, as quais, desde Descartes até hoje, dominam a maneira pela qual os problemas filosóficos foram formulados (DEWEY, 1958, p. 12).

Conforme Dewey, a inadequada compreensão do processo de conhecer deriva do não reconhecimento da qualidade primária e final da experiência bruta. Essa qualidade da experiência bruta é *primária* enquanto se apresenta de modo não controlado; ela é *final* enquanto oferecida de um modo mais controlado e significativo. O não reconhecimento dessa qualidade primária e final tornou-se possível por meio dos procedimentos e produtos de uma determinada experiência reflexiva. Em sua argumentação a respeito das consequências da descoberta cartesiana dos objetos subjetivos para a filosofia, Dewey

alega que, na vida real, tal descoberta constituiu um importante fator na libertação dos seres humanos, entretanto, no que diz respeito à reflexão filosófica, os efeitos foram negativos.

Dewey argumenta que o predomínio do subjetivismo em filosofia promoveu o desmembramento da unidade da experiência em sua originalidade constitutiva. Isso levou à separação entre o pensamento e a ação, a teoria e a prática, a reflexão e a ação, o ser e o existir. Portanto, os traços da experiência primária genuína, em que as coisas naturais são fatores determinantes na produção de toda mudança, foram considerados como coisas duvidosas, não dadas, que só poderiam ser alcançadas dotando-as de uma única estrutura, o mental, este possuidor de algum poder miraculoso.

## 2.2 Ciência e democracia

Quanto ao desenvolvimento da ciência, Dewey tem uma visão otimista da aplicação do método empírico. Conforme o filósofo, este método nos oferece uma história de domínio sobre o mundo através do apelo a instrumentalidades eficazes em sua aplicação às condições da vida e da ação. Quando essas condições são negligenciadas, ou seja, quando as conexões entre os objetos científicos e os acontecimentos da experiência primária são desprezadas, gera-se o quadro de um mundo de coisas indiferentes aos interesses humanos porque estão separadas da experiência.

Diferentemente da filosofia tradicional, nas descobertas científicas os processos de reajustamento favorecem novos raciocínios e novos cálculos, e nem por um momento os cientistas pensam em depreciar as características da experiência primária, como fizeram frequentemente os filósofos. Com base nessa ideia, Dewey afirma: “o material do método científico é contínuo com o mundo concretamente experienciado” (DEWEY, 1958, p. 25).

Em sua crítica à metafísica tradicional, Dewey argumenta que, quando os filósofos transportam para as suas teorias as condições refinadas da ciência, os resultados são empregados não para iluminar objetos antigos da experiência, mas, sim, para lançar descrédito sobre estes e para originar novos e artificiais problemas relativos à realidade e à validade da experiência não refletida (DEWEY, 1958, p. 25-26). O que o método empírico requer da filosofia é que ela esteja conectada com a experiência primária e que os métodos refinados retornem à mesma.

Em suma, o método empírico será exigido por ser, conforme Dewey, o único capaz de fazer justiça ao investigar a experiência. Dewey acredita que só ele toma a experiência como uma unidade integrada enquanto ponto de partida para o pensamento filosófico. A unidade entre a ciência e a filosofia possibilitará, conforme Dewey, a ruptura com as explicações abstratas sobre o eterno e imutável, o verdadeiro ser, e no seu lugar permitirá o surgimento de hipóteses explicativas sobre a experiência real de homens e mulheres (do humano). O objetivo será realizar, no campo da filosofia, pesquisas em prol do desenvolvimento, na esfera dos problemas humanos, na esfera da vida moral, com o mesmo sucesso que lograram os cientistas no campo da indagação científica.

Lavine (1994) concorda com Dewey ao declarar que o mesmo padrão operativo de investigação que utilizamos em ciência, buscando uma solução testável para uma situação problemática de tipo hegeliano, é também operativo no processo democrático. Com isso, a pesquisa pode evitar as disputas ideológicas e dificuldades conexas, dando a cada ponto de vista uma voz no processo, quase que uma espécie de tentativa e erro presente no interior do debate, até que uma solução na forma de consenso seja obtida. Tanto o procedimento científico quanto o democrático são experimentais, ligados à ação e à mudança (LAVINE, 1995, p. 45).

As normas da ciência devem incorporadas à vida democrática. Para Dewey, o ideal experimental e o comportamento democrático se fundem. Assim, ele combina as virtudes morais com as intelectuais. O investigador experimental tem em vista o comportamento democrático, com liberdade de expressão, participação, cooperação, capacidade de produzir consensos, de maneira que, suas pesquisas sirvam como instrumentos de ação no mundo, contribuindo para o desenvolvimento de uma experiência mais qualificada. Portanto, para Dewey, a mentalidade científica é uma ferramenta para uso social.

Assim, ciência e democracia compartilham não apenas o mesmo padrão de investigação, o “método da inteligência”, mas também as mesmas virtudes morais: uma disposição para questionar, para procurar clareza e evidência, para ouvir e respeitar as opiniões dos outros, para considerar alternativas de forma imparcial, para mudar de ponto de vista em virtude da investigação e da comunicação (LAVINE, 1995).

Dewey era um entusiasta do iluminismo em relação aos avanços do conhecimento científico e tecnológico, que ele valorizava em virtude de seu potencial para melhorar a vida humana. Dewey, conforme Lavine (1995), veria os frutos da modernidade científica não como mudanças de *vocabulários*, mas como mudanças em nossa capacidade de realizar transações previsíveis com o mundo natural. Mesmo entendidos como vocabulários, esses desenvolvimentos são altamente prioritários nas suas capacidades de previsão. Apesar da onipresença do historicismo em Dewey, nem a ciência nem a democracia se dissolvem nesse processo. Embora elas sejam processos que ajudam a criticar, controlar e aperfeiçoar o processo, elas não são dissolvidas por ele.

Dessa maneira, podemos dizer que Dewey persegue os princípios da modernidade ao associar o historicismo ao cientismo. Através deles, podemos identificar as estruturas que constituem a moldura dessa mesma modernidade. Mais do que qualquer outro filósofo norte-americano, Dewey percebe o conflito, no interior do quadro da modernidade, entre a tradição do Iluminismo, que deriva de Locke e Newton, e a tradição romântica do Contra-iluminismo [*Counter-Enlightenment Romantic Tradition*], que deriva de Rousseau e dos poetas e filósofos idealistas. Cada uma dessas estruturas em conflito possui o seu próprio estilo de pensamento.

O estilo de pensamento iluminista inclui um modelo de razão universal como fonte da verdade científica e política. Incluem também os direitos inalienáveis do indivíduo, o governo pelo consentimento dos governados, o império da lei e a igualdade perante ela, a libertação, através da razão, do mito, do dogma e do preconceito, bem como a manutenção de uma sociedade civil, social e economicamente livre. O estilo de pensamento do Contra-iluminismo está em oposição à razão abstrata, defendendo um maior significado do espírito humano, da imaginação e da vontade. Ele está também em oposição à ciência objetiva, afirmando que o caminho para a verdade reside na subjetividade, nas artes e na cultura. Opõe-se igualmente à autonomia política do indivíduo e da democracia dos direitos naturais, afirmando que a política se baseia no grupo e é sustentada pelo estatismo de direita ou de esquerda. Em oposição aos interesses do indivíduo, afirma a primazia da comunidade. A preocupação do Contra-iluminismo é com as vítimas da sociedade e da modernização iluministas: os marginalizados, os oprimidos, os mártires, os pobres, as minorias, os rebeldes, os revolucionários.

Considerando esta posição teórica de Dewey, a filosofia deverá adotar um método que, em primeiro lugar, nos impedirá de criar problemas artificiais que desviem a energia e a atenção dos filósofos dos problemas reais que surgem a partir do objeto atual; em segundo lugar, nos fornecerá um meio para conferir ou testar as conclusões da investigação filosófica, fazendo com que os produtos dessa última, enquanto produtos reflexivos secundários, retornem à experiência da qual provêm, e, em terceiro lugar, pela observação de como funcionam as subsequentes experiências, os produtos filosóficos adquirirão valor empírico, ou seja, fornecerão contribuições significativas à experiência comum dos homens, em vez de constituírem meras curiosidades, “com os devidos rótulos, em algum museu metafísico” (DEWEY, 1958, p. 75).

### 3 Caracterização da metafísica empírica de Dewey

#### 3.1 A teoria pragmatista da existência

Geralmente, ao tomarmos o conceito clássico de metafísica, vem em mente a forma como esta foi pensada por Aristóteles: a metafísica como *ontologia*, isto é, *a ciência do ser enquanto ser*. Na história da Filosofia,



não é predominante o reconhecimento de uma metafísica naturalista. Em virtude disso, falar de *metafísica* na obra de Dewey só terá sentido se o termo for empregado de maneira diferente do tradicional.

Segundo Margutti Pinto, podemos estabelecer alguns critérios para distinguir a tendência metafísica tradicional da tendência pragmatista:

Temos, por um lado, a tendência metafísica tradicional, caracterizada pela busca do fundamento último da realidade, obtido geralmente por via transcendental; e por outro, a tendência pragmatista, caracterizada pela constatação de que a busca pelo fundamento último da realidade nada mais é do que a busca de uma quimera (PINTO, 1999, p. 75).

A relação de oposição entre a metafísica clássica e o pragmatismo é coerente com a tradição pragmatista. Ocorre que há, na filosofia de Dewey, uma ruptura com um determinado tipo de metafísica, mas não com a metafísica enquanto teoria da existência. A identificação de uma abordagem metafísica na obra de Dewey não se constitui em contradição com o seu projeto pragmatista original. Veremos, conforme a caracterização realizada por Dewey, que a natureza da metafísica em questão não exclui nem dicotomiza os dados da realidade, não os separa em uma instância empírica, considerada inferior, nem em uma instância superempírica, hierarquicamente superior. A metafísica de Dewey segue a tradição dos pensadores pragmatistas que subverterem essa lógica dualista da filosofia tradicional.

Dewey argumenta que a concepção aristotélica das quatro causas (material, formal, eficiente e final) toma de empréstimo às ideias estéticas da cultura grega. O que para o artesão são bens utilitários, somente tem caráter estético para o espectador culto cuja apreciação é aliviada da participação laboriosa da matéria. O filósofo declara que a natureza é como um artista, funciona de dentro para fora a partir dessas causas. Assim, as mudanças são potencialidades dos objetos acabados, ela possui formas que serão incorporadas depois. No entanto, quando as artes seguem modelos fixos, seja na fabricação de calçados, casas ou dramas, o elemento de invenção individual é deixado de lado. Portanto, projetos e planos são anônimos e universais e não carregam com eles nenhuma sugestão de um projeto desenvolvido propositalmente. Modelos são objetivamente dados, e só podem ser observados e seguidos. A atualização em um corpo orgânico das formas que são encontradas nas coisas constitui o fim da natureza. Sua posse imediata e a celebração constituem a consciência, tanto quanto a ideia de consciência que é encontrada no pensamento grego (DEWEY, 1958, p. 92).

Desse modo, para Dewey a metafísica clássica é marcada pela crença em um plano universal, e o fazer humano é cultivado à base de desígnios e planos *a priori* e não produtos de uma intenção criadora. À ideia grega de proporção e ordem ideal, a apropriação espiritual das coisas se deu pela cultura estética desta civilização. Deste modo, se pode deduzir que os filósofos são responsáveis por uma peculiar interpretação das coisas empíricas que tem suas raízes na cultura estética grega.

A estrutura técnica da metafísica clássica descreve o real como tendo uma origem e um fim, e este deverá ser perfeito, acabado e completo. Aristóteles se prontificou a definir a metafísica a partir dos traços do *Ser*, com base nela tomou-a como uma teologia ou uma ciência do final e da realidade eterna. Por essa lógica, a realidade é composta de formas puras, autossuficientes, autossustentáveis e automotoras, isto é, a vida é uma eterna “maré cheia”. Essas formas são ideais, e o ideal é apreendido pela razão. O material, por este ponto de vista, é exercido pelo estético, empiricamente a consumação final, de tal maneira que a cultura grega promoveu e reforçou a atenção aos objetos de apreciação. Assim, a reflexão grega, exercida pela classe ociosa, legou como predominante a ideia do sujeito espectador e não a do participante nos processos de produção. A matéria do trabalho não parecia criar formas, de maneira que era preciso creditar a existência de formas antecedentes à matéria.

Por essa razão, Platão estava preocupado com as consequências da ignorância daqueles que vivem no mundo da vida prática, industrial e da política. Elaborou um plano pelo qual suas atividades pudessem ser reguladas por aqueles que, acima do trabalho e no curso das mudanças, pudesse encontrar leis e

formas, para moldar os hábitos de quem trabalha. Aristóteles escapou desse dilema colocando acima da natureza a arte e dotando a natureza de arte, com finalidades que, na maioria das vezes, atingem os fins racionais (DEWEY, 1958, p. 93).

Conforme Dewey, a metafísica clássica pretendia encontrar uma natureza intrínseca às coisas, de tal forma que essa natureza resultaria na plenitude e perfeição dos seres, nos quais os verdadeiros objetos do conhecimento em suas formas e caracteres pudessem ser conhecidos. Com a decadência dessa doutrina, rompeu-se a pretensão de encontrar a natureza objetiva dos seres, de tal sorte que, ao surgir à modernidade, operou-se a substituição da metafísica pela epistemologia. No entanto, esta última ainda pretende salvar de algum modo os princípios da metafísica clássica, localizando a busca do fundamento último da realidade no refúgio da consciência do sujeito (DEWEY, 1958, p. 96).

Em sua reflexão, Dewey pergunta se é inevitável essa inversão das teorias clássicas da existência. Ele indaga: deve a crença nos fins, envolvida pela própria natureza, ser abandonada ou pode ela ser afirmada apenas com base num exame indireto da natureza do conhecimento, e que parte da intenção consciente pode inferir que o universo é uma realização não-natural de uma intenção consciente? Haverá na metafísica antiga um elemento de verdade susceptível de ser extraído dela e reafirmado? (DEWEY, 1958, p. 96).

Para Dewey, empiricamente não é possível negar a existência dos objetos de apreensão, posse e uso. Se tomarmos a perspectiva do empírico na compreensão da natureza, pode-se inferir que as coisas são experimentadas não por meio de uma razão substancial, mas através de suas qualidades: elas são dolorosas, trágicas, belas, caprichosas, tranquilas, desordenadas e são assim por sua própria conta. Esses traços estão num mesmo plano. Todas as coisas tendem a um fim, a uma realização; toda qualidade enquanto tal é final, tem uma causa original e terminal. Se as coisas da experiência oferecem um testemunho válido, então a natureza, ao ter qualidades, tende a um fim. Dewey sabe o quanto é arriscado aventurar-se no uso da palavra *fim* em conexão com processos existenciais, pois dessa forma seus significados podem ser afetados por controvérsias apoloéticas e teológicas.

Entretanto, essa análise desconstrói a metafísica clássica, argumentando que a chamada causa eficiente e causa final contém uma explicação mais cultural do que espiritual. Ele transpõe essa explicação para as contingências históricas, sobretudo as relações sociais desiguais, e mostra que isto resulta de uma ordem temporal entre a causalidade do senhor que se contenta em impor a ordem e a eficiência do trabalhador que se entrega realmente ao trabalho físico de execução. Esses dualismos são tão somente uma maneira de atribuir uma causalidade última ao ideal e espiritual, uma vez que, no âmbito da vida social, a ordem direta do senhor representa a degradação do trabalho físico e com isso se constrói como produto cultural a presença de uma causa imaterial dentro do reino da matéria (DEWEY, 1958, p. 98-99).

Nesse sentido, a hierarquização presente no pensamento grego apresenta uma ordem de fins em que, num primeiro nível inferior, estão os fins vegetativos, em seus desenvolvimentos e reproduções normais; num segundo nível, se encontram os fins animais, em seus movimentos de transformação e de sensibilidade, e, em terceiro nível, os fins ideais e racionais, situados num ponto mais alto da bem-aventurada posse contemplativa do pensamento em todas as suas formas. Nesta escala gradual, as coisas empíricas, as coisas das artes, as coisas de utilidades pertencem à segunda classe que, por sua vez, resultam num estágio final nos quais encontramos os instrumentos em potencialidades em vista da apreensão racional dos objetos ideais. Semelhante classificação encontra-se refletida nas condições sociais de vida, o que leva Dewey a afirmar:

Such a classificatory enterprise is naturally consoling to those who enjoy a privileged status, whether as philosophers, as saints or scholars, and who wish to justify their special status. But its consoling apologetics should not blind us to the fact that to think of objects as more or less ends is nonsense (DEWEY, 1958, p. 106).<sup>1</sup>

1 Tal empreendimento classificatório é naturalmente consolador para aqueles que gozam de um status privilegiado, seja como filósofos, santos ou eruditos, e que desejam justificar seu status especial. Mas sua apoloética consoladora não deve nos cegar para o fato de que pensar em objetos como mais e menos fins é um absurdo (tradução nossa).

Sob esta ótica, a tradição clássica da filosofia ocidental instaurou as ideias de que o conhecimento é apreensão e apropriação direta dos objetos, de que as coisas estão situadas em uma realidade hierárquica de acordo com suas aptidões, e essa apreensão que se dá pela contemplação das ordens da realidade deriva de uma predeterminada escala gradual de fins. Ao contrário dessa perspectiva, para Dewey, o caráter racional da metafísica implica que as coisas que têm melhores qualidades possuem também um caráter transitivo e instrumental. São potencialmente produtivas.

Dewey esclarece que, para uma teoria pragmática da existência, *causa e efeito* estão no mesmo nível. Permite uma rápida e breve conversão e concebe a causa como intrinsecamente primeira e necessária. Tanto uma quanto a outra são partes do mesmo processo histórico. Como a existência é histórica, ela somente pode ser compreendida à medida que cada uma de suas partes seja distinguida e relacionada.

Toda existência se desenrola em acontecimentos circunstanciados por qualidade temporal, caracterizados por principiar, desenvolver-se e terminar. Se for assim, a questão do anterior ou do posterior, por mais importante que seja para os assuntos particulares, é indiferente para uma teoria da valoração da existência. Para Dewey, é tão arbitrário atribuir uma exclusiva realidade aos átomos em detrimento do espírito quanto é arbitrário praticar uma distinção rígida entre um aqui e um ali em termos de espaço. O espaço daqui está junto com o espaço dali e os acontecimentos do passado estão conjugados com os acontecimentos de agora. Esta explicação é fundamental para caracterizar a ideia de *continuum* tão propalada na tradição pragmatista. A realidade está tanto na conjunção como na distinção. Para controlar o fluxo dos acontecimentos é preciso conhecer suas condições.

Dewey argumenta que não há nada evidente na identificação exclusiva dos fins com objetos de intenção consciente e na identificação desses últimos com estados psíquicos. Entretanto, esta identificação introduziu uma divisão, colocando, de um lado, a vida consciente, e, de outro, a natureza objetiva. Ora, o que sabemos é que foi uma situação histórica particular que promoveu essa divisão.

A ciência moderna tornou claro que a natureza é indiferente à produção de coisas boas ou más. Se o pensamento grego tivesse se contentado em afirmar que toda existência imediata tem certa finalidade, que a experiência consciente constitui uma surpreendente instância da indiferença moral dos processos naturais, a ciência moderna não teria tido um impacto tão destrutivo sobre a doutrina dos fins naturais. O resultado lógico dessa última foi a separação entre a consciência e a natureza, e a criação do dualismo entre a natureza física e a mente, a fonte dos problemas epistemológicos modernos.

Dewey propõe um reexame da teoria dos fins naturais justamente porque considera necessária para a conexão entre vida consciente e natureza (DEWEY, 1958, p. 113). Para Dewey, a “consciência” resulta de acontecimentos naturais. A consciência sinaliza as características dos acontecimentos físicos e envolve objetos a que só chegamos por intermédio dela, mas isso não quer dizer que ela possua qualidade em si mesma, pois, até as qualidades gerais e absolutas derivam de qualidades instáveis e transitórias. Assim, as ideias de *permanência* e *substância* só se encontram em coisas inacessíveis à experiência, e são elas que fornecem os enigmas para a teoria epistemológica. Tanto a metafísica clássica quanto a epistemologia moderna são responsáveis por apresentar considerações que superlativaram a consciência e nos levaram a negar a realidade empírica, ao compará-la com coisas permanentes, eternas e fixas.

Dewey mostra, por exemplo, que os poetas, ao cantarem o desespero, os dramas, a prosperidade, a felicidade, são os verdadeiros metafísicos, porque conseguem extrair da existência as suas formas mais autênticas. Dessa forma, a doutrina da universalidade e necessidade de fins racionais pode ser validada apenas quando aquelas pessoas nas quais o bem se realiza utilizam essa doutrina para modificar as condições existentes, de modo tal que outras pessoas possam também participar desse bem, sendo essa uma condição inerente à vida prática. Nessa perspectiva, a universalidade da doutrina existe apenas no curso dos acontecimentos (DEWEY, 1958, p. 120).



### 3.2 Linguagem e experiência

A partir desse ponto de vista, Dewey mostra como a linguagem está articulada com a experiência. A linguagem é produto da experiência. Dewey considera que a linguagem, a comunicação, a participação e o ato de compartilhar elementos são partes do mesmo processo. Quando ocorre a comunicação, todos os eventos da natureza tornam-se sujeitos à reconsideração e à revisão, seja através das exigências do discurso público, seja através das exigências do discurso preliminar chamado *pensamento*. Esses eventos tornam-se objetos, a saber, coisas que possuem significados. Uma vez nomeados, passam a gozar de vida independente e duplicada. Agora, em acréscimo à sua existência original, tornam-se sujeitos à experimentação ideal: seus significados podem ser combinados infinitamente e rearranjados na imaginação (DEWEY, 1958, p. 166).

O resultado dessa experimentação interior é o pensamento, que pode produzir novos resultados ao entrar em interação com os eventos brutos. A linguagem é provedora de instrução. Aprender e ensinar vem à existência, são requisitos da existência, e não há eventos que não possam fornecer informação. Para Dewey, até a sensação da dor passa a possuir existência significativa quando pode ser designada e se torna objeto de discurso; ela deixa de ser simplesmente opressiva e torna-se importante pelo fato de representar algo; ela adquire a dignidade de um cargo público (DEWEY, 1958, p. 167).

A ponte natural, que supera a separação entre existência e essência, é a comunicação, a linguagem. O fracasso em reconhecer isso cria um hiato entre existência e essência, e esse hiato é artificial e gratuito. Para justificar a importância da linguagem, Dewey recorre a Franz Boas, que, em *The Mind of Primitive Man*, afirma que as duas características externas, através das quais a distinção entre as mentes dos animais e a do homem encontra expressão, são a existência da fala organizada e articulada do homem e o uso de utensílios de aplicações variadas (BOAS apud DEWEY, 1958, p. 166).

A cada momento, instrumentos e aplicações, utensílios e utilizações defrontam-se com direcionamentos e registros tornados possíveis pelo falar, de tal sorte que a função dos instrumentos depende de uma condição provida pela linguagem, que Dewey denomina *o instrumento dos instrumentos*. Dewey argumenta que os filósofos transcendentalistas estão mais conscientes que os pensadores empiristas do fato de a linguagem estabelecer a diferença entre os homens e os animais. O problema está no fato de os transcendentalistas não reconhecerem a concepção naturalista da origem e da condição da linguagem. O *logos* foi corretamente identificado com a *mente*. Mas ambos foram concebidos de maneira supranatural. Em protesto contra essa visão, os pensadores empíricos aventuraram-se apenas raramente na discussão da linguagem, não indo além de algumas peculiaridades da estrutura do cérebro ou de alguma peculiaridade psíquica, como a tendência de expressar externamente os estados internos (DEWEY, 1958, p. 169).<sup>2</sup>

Dewey considera que a interação social e as instituições foram tratadas pelas teorias transcendentalistas como produtos da estrutura física ou mental específica e já dada de um indivíduo autossuficiente. Nessa estrutura, a linguagem funcionaria como um emissário mecânico capaz de transportar observações e ideias que possuem uma existência prévia e independente.

Os modernos fizeram do *discurso* um mundo separado das coisas materiais e espaciais, um mundo separado e privado, feito de sensações, imagens, sentimentos. Em contraste, os gregos estavam mais conscientes de que aquilo que tinham descoberto era o *discurso*. Eles tomaram a estrutura do discurso pela estrutura das coisas em vez de tomar tal estrutura pelas formas que as coisas adquirem sob a pressão da interação social. Conceberam os significados, enquanto objetos de pensamento, como formas primitivas e independentes das coisas, intrinsecamente capazes de regular os processos de *vir-a-ser*. Ignoraram o

---

2 Cabe lembrar que, nos anos 20-30 do século XX, ocorreu uma ruptura com a matriz filológica e filosófica até então preponderante, o que resultou no chamado "giro linguístico"; este ensejou consequências revolucionárias na filosofia. A constatação de Dewey diz respeito à crítica aos pensadores empiristas modernos, sendo que ele se apropria da concepção de linguagem de Peirce e de outros filósofos de sua época. Entretanto, sua escrita é anterior à reviravolta linguística, bem como aos avanços da filosofia da mente e processos internos tão comuns na produção filosófica contemporânea.

fato de que a importância das essências lógicas e racionais é uma consequência das interações sociais. Por causa disso, conceberam os significados ideais como o arcabouço final dos eventos, em que um sistema de substâncias e propriedades corresponderia aos sujeitos e predicados de cada proposição enunciada (DEWEY, 1958, p. 173).

A teoria resultante, envolvendo substâncias, propriedades essenciais, qualidades acidentais e relações, bem como a identificação do ser com os tempos verbais, dominou todo o esquema da física e da metafísica da tradição filosófica europeia. Isso foi uma consequência natural da percepção de que há uma correspondência entre as coisas, os significados e as palavras.

Essa percepção foi adulterada pela noção de que a correspondência entre coisas e significados é anterior ao discurso e à interação social. Isso produziu a crença em essências ideais, completas individualmente e, não obstante, interconectadas num sistema de subordinações e dependências necessárias.

This a discovery which is the greatest single discovery of man, putting man in potential possession of liberation and order, became the source of an artificial physics of nature, the basis of a science, philosophy and theology in which the universe was an incarnate grammatical order constructed after the model of discourse (DEWEY, 1958, p. 172).<sup>3</sup>

A descoberta moderna da experiência interior, de um domínio de eventos puramente pessoais, sempre sob comando do indivíduo, a ele pertencente de modo exclusivo e no qual pode buscar refúgio, consolo ou emoção, é também uma descoberta grande e libertadora. Entretanto, Dewey considera que o modelo epistemológico dos modernos supervalorizou uma tendência subjetivista.

Failure to recognize that this world of inner experience is dependent upon an extension of language which is a social product and operation led to the subjectivist, solipsistic and egotistic strain in modern thought. If the classic thinkers created a cosmos after the model of dialectic, giving rational distinctions power to constitute and regulate, modern thinkers composed nature after the model of personal soliloquizing (DEWEY, 1958, p. 173).<sup>4</sup>

Para Dewey, a linguagem compreendida como evento experienciado nos dá condições para interpretar o que realmente sucedeu quando o discurso racional e a lógica foram descobertos pelos antigos e quando a experiência “interior” foi descoberta pelos modernos. A linguagem tem uma função instrumental, ela é, antes de tudo, uma função natural da associação humana e as suas consequências interferem nos eventos físicos e humanos, conferindo-lhes significação. Tais eventos, na medida em que são objetos dotados de significado, existem em um contexto no qual adquirem novos modos de operação e novas propriedades. Portanto, para Dewey a história da linguagem é a história do seu uso; o discurso é instrumental e consumatório. A função da comunicação é estabelecer cooperação, domínio e ordem. Como se pode ver, a concepção de linguagem desenvolvida por Dewey se articula com o seu naturalismo e com a sua filosofia social.

### 3.3 A metafísica empírica de Dewey

Dewey considerou que na história da filosofia, Aristóteles foi o pensador que mais se aproximou da tentativa de produzir uma metafísica naturalista. Em virtude disso, para Dewey, a sua filosofia é muito

3 Esta descoberta que é a maior descoberta individual do homem, colocando o homem em posseção potencial de libertação e ordem, tornou-se a fonte de uma física artificial da natureza, a base de uma ciência, filosofia e teologia em que o universo era uma ordem gramatical encarnada e construída após o modelo de discurso (tradução nossa).

4 O fracasso em reconhecer que este mundo de experiência interior é dependente de uma extensão da linguagem que é um produto e operação social levou à tendência subjetivista, solipsista e egoísta do pensamento moderno. Se os pensadores clássicos criaram um cosmos segundo o modelo da dialética, dando às distinções racionais o poder de constituir e regular, os pensadores modernos compuseram a natureza segundo o modelo de soliloquio pessoal (tradução nossa).

mais empírica do que aquelas da maioria dos filósofos modernos, não podendo ser considerada *monista* nem *dualista* e sim abertamente *pluralista*. Entretanto, a lógica classificatória e hierarquizante deixada por Aristóteles não é aceita por Dewey. Segundo ele, essa teoria foi de grande importância para muitos filósofos racionalistas. Por exemplo, Kant atribuiu tudo o que é múltiplo e caótico ao reino dos sentidos, e tudo que é uniforme e regular, à razão. O que restou foi o problema dialético de como combinar os sentidos e o pensamento, de como conhecer os problemas concretos que surgem da mesma e variada união entre o necessário e o incerto, mais uma vez reeditando as “ninhadas de dualismos”.

Dewey assegura ser preciso manter viva a filosofia da experiência, como acontece nos casos de Heráclito e Bergson, que acabaram esquecidos com o predomínio das filosofias clássicas e ortodoxas. As filosofias do fluxo denunciaram a intensidade dada ao regular, seguro e universal. Hegel e Bergson são considerados filósofos do devir e recebem, por isso, atenção do pragmatista (DEWEY, 1958, p. 50). Cumpre registrar que a intenção de Dewey não foi abandonar a tradição, como muitos pensam, mas se amparar em vertentes como o hegelianismo, cuja ênfase na realidade como *devir* lhe parece mais adequada. O pensamento consistente amparado em uma filosofia do *devir* pode nos ajudar a perceber o quanto à própria filosofia tornaram-se indiferentes as condições que determinam como deve ser a razão, ao afirmar a natureza universal desta última (DEWEY, 1958, p. 120).

Na caracterização da metafísica empírica, devemos considerar que os objetos científicos alcançados pela experiência científica são importantes, mas importantes também são todos os fenômenos mágicos, míticos, políticos, pictóricos etc. Os fenômenos da vida social são tão relevantes quanto as questões dos universais ou do pensamento lógico. Tanto a ciência política quanto as questões das ciências naturais são tão importantes quanto as questões de ordem metafísica. Desse modo, Dewey conclui que a natureza é construída de todas essas coisas, as quais, quando apresentadas concretamente, são naturalmente possíveis. Elas não são meras “aparências” contrastando com a realidade, elas são a própria realidade (DEWEY, 1958, p. 53).

Para Dewey, a filosofia tradicional desviou-se dos problemas concretos da experiência em direção a uma absurda procura de uma “pedra filosofal intelectual”, repleta de generalizações absolutamente indiscriminadas. Ela primou pela tentativa de isolar aquilo que é permanente numa função e no contexto de um propósito, convertendo-o em algo intrinsecamente eterno, concebido como permanecendo o mesmo em qualquer tempo, ou então como indiferente ao tempo ou fora do tempo (DEWEY, 1958, p. 27).

Dessa forma, as questões da experiência concreta dos homens, como, por exemplo, as ideias morais que se confirmam na prática, transformaram-se em objetos de uma prévia metafísica da existência e de uma teoria geral do conhecimento. De todo modo, o grande esforço dessa filosofia foi assegurar a prevalência da estabilidade em contraposição à instabilidade dos acontecimentos. Para Dewey, quando se pretende sair do mundo das coisas práticas, da ética, da arte, para tratar de encontrar ou perseguir as propriedades internas das coisas dadas, tanto faz que seja no âmbito de uma cosmologia quanto de uma lógica, é um empreendimento inútil. Atribuir ao intelecto relações intrínsecas com a verdade pura por seu próprio valor, ou por sua própria importância, legou os dogmas e os mitos sobre os poderes do intelecto.

Diferente dessa tradição, Dewey argumenta que, no processo de experienciar, entra em voga a seleção ou escolha dos objetos e a ação posterior a ela. O próprio ato de escolher e selecionar objetos contém esforços reflexivos, envolvendo contingências que se ligam a outro *acontecimento*. Entretanto, a falácia filosófica consiste na adoção de uma fórmula técnica em que os pensadores têm relegado o incerto e incompleto para exaltar o seguro e o completo, ou seja, “o verdadeiro ser”. Ora, os seres humanos interessados na compreensão de sua realidade tomam as coisas em suas relações e conexões, enquanto os profissionais da filosofia mitigam a instabilidade da vida, inculcando a moderação, a temperança, a sobriedade, de modo que, quando as coisas ficam difíceis, eles sugerem conselhos e compensações, por meio de uma explicação transcendental (DEWEY, 1958, p. 52).

Muitos filósofos têm obtido, no curso de suas reflexões, resultados qualitativos, produtos filosóficos dignos de serem desenvolvidos, no entanto, eles vacilam e se absterem de levar a cabo o esforço e a luta

para selecionar, decidir, dentro da existência dos usos e funções dos objetos, aquela estabilidade que possa dar qualidade. Ao contrário, eles voltam às costas para este esforço, voltam-se ao refúgio, para as suas contemplanções em vez de discutirem os assuntos filosóficos como guias práticos de condutas. Esses filósofos tratam de transmitir a percepção imaginativa do objeto por meio do que supõem serem definições e descrições da verdadeira realidade, em contraste com o caráter aparente da existência. Assim, separam a existência real daqueles traços que engendram a reflexão filosófica e que dão sentido e alcance às suas conclusões.

É assim o peso da tradição, o proceder da metafísica clássica, amparada na dualidade e na hierarquização dos mundos, que opõe a aparência, a ilusão, ou, simplesmente, o empírico ao mundo real. O esforço de Dewey é mostrar que a metafísica, em vez de buscar o imutável no ser ou se fixar na dicotomização do mundo, deveria fixar-se no problema da descrição dos traços genéricos da existência, mas ela está preocupada em saber como essa descrição pode servir para ajustar ou reconciliar entre si os distintos reinos do ser. Na verdade, ela está imbuída do procedimento de classificação, baseado no desejo de segurança e no desenvolvimento da imaginação reflexiva, que desgarrar ou separa um “traço” do outro, pondo nas coisas assim obtidas as etiquetas correspondentes de *realidade* ou de *aparência*. A metafísica dá lugar a uma suposta dialética cuja tarefa é a reconciliação lógica das ideias (DEWEY, 1958, p. 53-54).

Uma nova metafísica consiste em administrar, no domínio temporal, o finito e o humano em sua relação com o eterno e o infinito, ou seja, visa apreender a realidade enquanto produto dos seus condicionantes. Está claro que o objetivo de Dewey é discutir uma nova metafísica, com elaborações distintas das metafísicas tradicionais. Dewey deixa subentendido que, o que se tem em termos dessas metafísicas, não passa de técnicas intelectuais refinadas, derivadas das ideias rudimentares da fé popular acerca do sobrenatural e do natural, do divino e do humano.

Para Dewey, a metafísica tradicional se apodera das impressões do senso comum para lhes dar caráter erudito. Ela é histórica, não é fruto do resultado de mentes privilegiadas. Mas, diferente desta forma de compreensão, a tradição filosófica vem desde Platão com a divisão da realidade em arquétipos ideais e acontecimentos físicos, como a divisão aristotélica entre ato e potência, com a ideia da coisa *nouménica*, ou coisa em si, de Kant, em oposição aos objetos naturais considerados fenomênicos.

A divisão entre aparência e realidade não tem sido atributo puramente de uma doutrina idealista. Essa divisão encontra eco também na tradição materialista. A *ideia* de Platão deriva da *forma essencial* de Demócrito. Esta, mesmo tendo outra estrutura, tem a função de designar a realidade como acabada, completa, estável. Ambas perseguem a estabilidade, os arquétipos correspondem aos átomos indivisíveis de Demócrito. Da mesma forma, a teoria das ideias de Platão corresponde, de novo, à moderna teoria das estruturas matemáticas. Tanto os materialismos quanto os idealismos se assemelham em relação a esse aspecto: a divisão de Spinoza entre atributos e modos; a divisão entre essência e existência; até mesmo a ideia russelliana de que a matemática nos eleva a regiões de uma necessidade absoluta e descobre a morada do eternamente estável, são exemplos da metafísica clássica (DEWEY, 1958, p. 59). Desse modo, estamos diante de metafísicas que dicotomizaram o conceito de experiência em experiência absoluta, de um lado, e experiência fenomênica, de outro lado. Tanto para a filosofia clássica quanto para a filosofia contemporânea, inclusive para as vertentes materialistas, é difícil reconhecer que nossa experiência seja finita e temporal e esteja repleta de conflitos e contradições.

Portanto, uma filosofia da experiência precisa reconhecer essa complexidade. Para Dewey, na experiência humana não predomina uma concepção absoluta de experiência sempre boa e perfeita. Esta ideia não abarca a experiência real; os fatos da experiência mostrados aqui evidenciam a sua complexidade. Se existe uma “ideia” de experiência absoluta, ela deriva da identificação de certa estabilidade presente na experiência real. É difícil admitir que a instabilidade e incerteza dos objetos e suas conexões constituem a natureza da sua própria história. A experiência real é real durante certo

tempo, ou seja, um tempo necessário para representar a transição que opera em direção a certos indícios de novas contradições, para logo se dissolver em simples aparência.

Assim, a própria “experiência absoluta” traz em si essa mesma contradição, uma vez que, apesar de ser absoluta, integrada e logicamente ordenada, contém em si uma trágica face: as coisas temporais, parciais, antagônicas, tanto espirituais como físicas. As doutrinas filosóficas que se dedicam a promover as dualidades, ao invés de apanhar os caracteres das coisas que estão integradas naturalmente, arbitrariamente dividem essas condições. Assim, conforme Dewey, cada faceta do mundo ideal deriva do mundo natural, de tal maneira que o sentimento, a arte, a religião, a sociedade são uma exuberante expressão da natureza. Um mundo puramente estático não admite ilusão, imaginação, limita-se a exigir e querer extrair uma ideia universal que, de maneira *a priori*, expresse dados do pensamento divorciados da experiência. Dewey propõe outra lógica, pois esse mundo de ser perfeito carece de sentido, é logicamente absurdo.

Se postularmos conhecer a totalidade do ser, vamos ao conhecimento das partes. Como uma parte é logicamente dependente de outras, sua existência e suas propriedades também são requeridas de outras partes desse todo. De modo que, sem nos dermos conta, introduzimos a contingência pelo simples fato de deduzirmos algo justamente das partes (DEWEY, 1958, p. 66). Do mesmo modo, podemos dizer que quando consideramos a categoria *necessidade* é para contrapô-la à *contingência*; entretanto, podemos dizer que o necessário traz em si a própria contingência, pois o necessário é sempre necessário para algo que não é necessário em si e por si. A mesma condição da contingência seria uma condição plena que determinaria o necessário. Assim, a contradição entre necessidade e contingência se desfaz.

Esse argumento é para mostrar que um dos aspectos mais chamativos da história da filosofia tem sido, por um lado, o agrupar em unidade a permanência e a perfeição ao pensamento racional e, por outro lado, o ligar a multiplicidade, as trocas, os conflitos e o temporal, o parcial, o deficiente e o sentimental ao pensamento empírico. Essa divisão não tem sido outra coisa senão a violenta separação entre instabilidade e estabilidade.

Toda reflexão tem uma base empírica, parte da problematização e do confuso; sua meta é transformar o desordenado em ordenado, o obscuro e ambíguo em inequívoco, o desconexo em sistematizado. Não há como não considerar um sistema racional enquanto um conjunto coerente de relações, entretanto, não pode ser concebido de outra forma senão intelectualmente, por base empírica. Quando o pensamento atinge formas mais elaboradas que ultrapassam as ambiguidades e indeterminações e se estrutura de forma organizada com relações bem definidas entre os elementos em seus distintos contextos, é necessário reconhecer que ele partiu do objeto, originou-se de condições obscuras superadas. O pensamento se vê obrigado a assumir as formas reflexivas, as indagações e hipóteses como condições para operar no mundo. O pensamento é instrumento em operação, mas a sua base é empírica.

Com certeza, uma metafísica empírica de base naturalista está obrigada a considerar a reflexão como sendo ela mesma um acontecimento natural que se produz dentro da natureza e em virtude de certos *traços* desta. Está obrigada a considerar esses *traços* do pensar da mesma forma que pensamos as inferências da ciência. Os *traços* da reflexão são tão fielmente indicadores de outros *traços*, de outras coisas, como os *traços* dos acontecimentos. Dificilmente possuiria valor científico uma teoria da natureza, da existência, se negasse, por exemplo, os astros, seus cursos, ou negasse que esses aspectos estão vinculados a outros acontecimentos naturais (DEWEY, 1958, p. 62).

Assim, os mesmos *traços* da existência natural que provocam temores e adorações, a relação do homem primitivo diante da perplexidade do mundo, por exemplo, engendram procedimentos científicos. É óbvio que a investigação científica só alcança objetos refinados mediante uso do método, que aumenta seu domínio sobre a vida, mitiga os acidentes, muda a contingência em favor de uma franquia do pensamento e outros esforços. Ser inteligente experimentalmente é ser consciente da mútua interferência das condições naturais, de suas conexões e relações frente ao que foi erroneamente denominado fixo e imutável.



Uma coisa absolutamente estável e imutável está fora do alcance do princípio da ação e da reação. De modo tal que não haveria, por essa lógica, aplicabilidade e possibilidade alguma de usar relações, conexões, ou outros padrões relacionais para compreender tal coisa. No cerne dos acontecimentos, podemos encontrar não a ideia do ser, que os racionalistas se puseram a buscar, mas um elemento que nos dê sentido prático. Dewey chama esse elemento de “*estrutura dos acontecimentos*”, e essa estrutura tem funcionalidade (DEWEY, 1958, p.63). Nem seria como quer a doutrina idealista, uma estrutura das formas eternas, nem uma estrutura material, como pensa o materialismo.

Dewey descreve a *estrutura dos acontecimentos* como sendo um elemento empírico, funcional, que comporta toda a complexidade e unidade. Dewey entende que essa estrutura é movida pelo conjunto dos *traços*, causas ou funções que desempenham, trazendo limites, ajustando-se ou modificando-se em favor de outros *traços* dos acontecimentos.

Essa estrutura é uma categoria racional para ele se referir a algo como uma medida de constância, como modelos, mas não modelos prévios, não se trata de algo em si mesmo. É tal qual uma estrutura que precisa desse modelo para possibilitar a construção; não pode descobrir-se ou definir-se senão em situação de fazer-se; sendo atividade, sendo mudança, é uma metafísica no sentido popular. Não é uma coisa que regula outras coisas intrinsecamente; tudo está em situação relacional. Como efeito, o uso pragmático de uma teoria científica é seu postulado observável e experimental, no qual se buscará encontrar a melhor evidência para a justificação racional e aceitação da teoria. Dewey enfatiza que “o motor imóvel grego não passa de um fantasma extraído do medo popular diante do sobrenatural” (DEWEY, 1958, p. 66).

Conforme Shook, o pragmatismo deweyano não descarta as teorias científicas como modelos de realidades, e não aceita a ideia de que teorias são modelos simplesmente por serem representações. Assim ele escreve:

Há dois significados primordiais da palavra “modelo”. No primeiro sentido, uma estrutura existente pode ser modelada, e um bom modelo copiará o original. Mas antes que uma estrutura seja construída de modo igual, cria-se um modelo como preparação para a construção. A estrutura é produzida a partir do modelo (no segundo sentido) que os construtores usam como guia de sua construção. O teste de um modelo no primeiro sentido é a correspondência, pois uma teoria visa copiar seu objeto tal como ele existe antes de ser conhecido. O teste de um modelo no segundo sentido é a produtividade. O pragmatismo deweyano recomenda que as teorias científicas devam ser compreendidas como modelos no segundo sentido, e assim o teste de uma teoria científica é sua capacidade de guiar, de modo seguro e eficiente, a produção do objetivo da teoria (SHOOK, 2002, p. 207).

Por essa concepção de ciência, os modelos científicos são planos ou guias da investigação, de modo que, uma teoria científica é medida pela capacidade de guiar, de modo seguro, a produção de conhecimento. Assim, a melhor forma de uma teoria ganhar justificação racional é produzir sua evidência prevista confiável no escopo da comunidade de pesquisadores e usuários de tecnologias. São essas as condições de progresso científico.

Embora Dewey tenha considerado no final da sua vida a possibilidade de reescrever o livro *Experiência e Natureza* com o título de *Natureza e Cultura*, isso não significa que ele não continue defendendo uma metafísica empírica. Dewey oferece essa última sob a forma de uma filosofia da ciência de cunho empirista e naturalista. Ele não poderia abandonar o termo *experiência* em sua filosofia, nem se dar ao trabalho de simplesmente redefini-lo, pois pretendeu elaborar uma perspectiva filosófica que o incluísse como tema central.

Assim, sua metafísica advém do conceito amplo que desenvolve em torno da experiência interativa, que consiste numa explicação natural dos processos interacionistas desenvolvidos entre o ser vivo e seu

ambiente como condição de superação dos transcendentalismos e das clivagens culturais e sociais em torno da relação mente/corpo e outros pares binários dos dualismos filosóficos. Portanto, a metafísica empírica é compatível com os princípios deweyanos da contextualidade e da contingência. Não é possível separá-los sob pena de subverter a filosofia de Dewey.

#### 4 Considerações finais

A articulação proposta por Dewey entre ciência e filosofia tem como objetivo fazer com que os produtos filosóficos adquiram valor empírico. Como isso pode funcionar? Fazendo com que as ideias filosóficas se transformem em guias de ação, em prática. Assim, ele prescreve uma metafísica diferente, que denominamos neste estudo de *metafísica empírica*. Ela traz em si uma descrição da forma complexa pela qual nosso autor vê o mundo e através da qual desenvolve uma filosofia que contém princípios relativistas, sem, contudo, deixar de considerar a universalidade pertencente à lógica dos processos históricos e sociais.

Ao expor a integralidade da natureza abarcando toda a sua complexidade, Dewey não nega a primazia do exercício do pensamento reflexivo sobre uma realidade caótica e sem ordenamento, mas mostra que a experiência não é proveniente unicamente de uma razão especulativa; a natureza em questão resulta dos fatos, da realidade empírica que se impõe ao pensamento exigindo ser clarificada. O ponto de partida, então, é o que é problemático e que esse momento resulta de uma situação real determinada. Não se salta dos objetos empíricos e naturais em suas relações para um contexto intelectual e reflexivo. O pensamento e a razão não são entidades dotadas de poderes específicos, mas consiste em procedimentos empregados sobre aquilo que é confuso e indeterminado em vista do regular e estável. O pensamento é um processo contínuo de reorganização temporal dentro do mundo da experiência, e não um salto deste mundo para outros objetos criados para sempre pelo pensamento.

Dewey retruca a essa tradição mostrando que cada faceta do mundo ideal emana uma faceta do natural, de tal modo que o sentimento, a arte, a religião e a sociedade são expressões da natureza. A natureza somente se faz presente como verdade se considerada sob o ponto de vista da completude, da complexidade, de modo que a divisão da filosofia em natureza, de um lado, e experiência, de outro lado, deve ser abandonada. Dewey declara que não se pode negar na natureza um fluxo dinâmico de eternidade, mas que isso não pode ser entendido fora do escopo da relação entre contingência e necessidade.

Dewey era um entusiasta do iluminismo em relação aos avanços do conhecimento científico e tecnológico, que ele valorizava em virtude de seu potencial para melhorar a vida humana. Dewey, certamente veria os frutos da modernidade científica não como mudanças de *vocabulários*, mas como mudanças em nossa capacidade de realizar transações previsíveis com o mundo natural. Mesmo entendidos como vocabulários, esses desenvolvimentos são altamente prioritários nas suas capacidades de previsão. Apesar da onipresença do historicismo em Dewey, nem a ciência nem a democracia se dissolvem nesse processo.

Vimos que o mesmo padrão operativo de investigação que utilizamos em ciência, buscando uma solução testável para uma situação problemática de tipo hegeliano, é também operativo no processo democrático. Com isso, a pesquisa pode evitar as disputas ideológicas e dificuldades conexas, dando a cada ponto de vista uma voz no processo, quase que de tentativa e erro do debate, até que uma solução na forma de consenso seja obtida. Tanto o procedimento científico quanto o democrático são experimentais, ligados à ação e à mudança.

Por fim, em Dewey, ciência e democracia compartilham não apenas o mesmo padrão de investigação, o “método da inteligência”, mas também as mesmas virtudes morais: uma disposição para questionar, para procurar clareza e evidência, para ouvir e respeitar as opiniões dos outros, para considerar alternativas de forma imparcial, para mudar de ponto de vista em virtude da investigação e da comunicação.

## Referências

DEWEY, John. *Reconstruction in philosophy*. Enlarged edition. With a new introduction by the author. Boston: The Beacon Press, 1957.

DEWEY, John. *Experience and nature*. New York: Dover Publications, Inc., 1958.

DEWEY, John. *The quest for certainty: a study of the relation of knowledge and action*. Minton, Balch, 1929.

DEWEY, John. The crucial role of intelligence. In: \_\_\_\_\_. *Later works of John Dewey*. Carbondale, Southern Illinois University Press, 1987, v. 11. p. 342-344.

DEWEY, John. *The Influence of Darwin on philosophy*. New York, Henry Holt and Company, 1910.

LAVINE, Thelma Z. America and contestations of modernity: Bentley, Dewey, Rorty. In: SAAT-KAMP, Herman J. (ed.). *Rorty & pragmatism: the philosopher responds to his critics*. Nashville & London, Vanderbilt University Press, 1995.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. A abordagem pragmática do conhecimento. In: VAITSMAN, Jeni; GIRARDI, Sábado (org.). *A ciência e seus impasses: debates e tendências em filosofia, ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 73-92.

SHOOK, John R. *Os pioneiros do pragmatismo americano*. Trad. Fábio M. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.